

# **CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE VIA DISTRITO AGROINDUSTRIAL EM ANÁPOLIS/GO**

Adriana Sousa do Nascimento<sup>1</sup>

## **RESUMO**

O termo regional vem sendo utilizado de diversas maneiras com intuito de agregar situações seja econômicas, culturais, geográficas, políticas, de nações territorialmente definidas. No transcorrer do processo econômico e industrial do Brasil percebe-se as diferenças de desenvolvimento intra-regional, fato este que decorre em grande parte pelo re-arranjo das relações políticas estabelecidas a cada momento. Em um período de espaços mundiais fragmentados pela onda de novas tecnologias que transpõem os limites das fronteiras, verifica-se a necessidade de se discutir o processo de industrialização no Brasil e associar tais reflexões à implantação do DAIA - Distrito Agroindustrial em Anápolis/GO com intuito de analisar as modificações sócioambientais oriundas da implantação dessa atividade econômica.

Palavras-Chave: Industrialização. Economia. Desigualdade regional. Modificações socioambientais.

## **INTRODUÇÃO**

Tecer algumas considerações sobre o processo de industrialização do Brasil revela de maneira conflituosa as redefinições do território por meio de ações políticas e econômicas, expressando a transformação regional. O conhecimento da dinâmica desses vetores permite analisar os impactos gerados, sejam positivos e/ou negativos, que configuram as múltiplas fronteiras socioeconômicas no país e seus reflexos na cidade de Anápolis/GO a partir da implantação do distrito agroindustrial – DAIA. Anápolis está totalmente inserida no processo de modernização implementado no território goiano, exercendo função de cidade intermediária entre uma metrópole regional (Goiânia) e outra nacional (Brasília). Neste contexto, Anápolis exerce um importante papel de cidade regional, tendo influência sobre uma vasta região cortada pela rodovia Belém-Brasília, além das cidades no seu entorno. Do ponto de vista ambiental, a região metropolitana de Anápolis sofre as conseqüências de um

---

<sup>1</sup>Aluna especial do Doutorado em Ciências Ambientais-UFG., Coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Meio Ambiente da Faculdade Católica de Anápolis

crescimento rápido e desordenado, característico do processo de urbano-industrial.

## **1- A PRODUÇÃO DO ESPAÇO INDUSTRIAL NO BRASIL**

Ao longo de todo o período colonial a até as primeiras décadas do século XX, o espaço brasileiro caracterizou-se por uma estrutura em arquipélago: cada região produtora – da mineração, da cana, da borracha – articulava-se diretamente com a metrópole. A posição do Brasil na divisão internacional do trabalho, qual seja a de produzir e exportar gêneros primários a baixo custo, não propiciava a formação de um mercado nacional, o que se expressava espacialmente na existência de “ilhas econômicas” com frágeis ligações entre si. Conforme Lipietz (1988) essa relação centro-periferia é, primeiramente, um processo (de difusão da esfera dos mercados dos centros manufatureiros capitalistas, de ampliação da drenagem da mão-de-obra, de enxameação das empresas dependentes de um capitalismo central(...), antes de se consolidar em estrutura de relações desiguais.

No século XX, identificam-se três momentos na formação de um espaço nacional, articulado internamente: O estado Novo, o governo JK e os governos militares. Getúlio Vargas, nos anos 1930-40, criou a Marcha para Oeste, instrumentalizada, entre outros, pela Fundação Brasil Central (1943-67): expedições ao interior e a criação de malhas aérea e rodoviária (Belém-Brasília e outras) materializavam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil (LIMA FILHO, 1998). Souza (1997) em seu trabalho buscou analisar as versões que centralizam as referências de sertão e litoral como elementos primordiais da composição nacional. Duas sociedades em formação, interior e litoral, uma de todo indiferente ao modo de ser da outra, ambas, entretanto, envolvendo sob os influxos de uma administração única. Era necessário encontrar meios de reconstrução do discurso sobre a nacionalidade, aceitando o desafio de conceber um Brasil viável, apesar da multiplicidade de tipos étnicos e culturais e da diversidade de origens. As obras que dizem para Marchar para Oeste, contêm a procura de definições da nacionalidade e a proposição de como fazer um país integrado e harmonizado em sua proposição física e humana. Nesse momento importa fazer funcionar redes de transportes e comunicações por todo o país, pois elas tendem a reduzir as distâncias e a aproximar cada vez mais os centros econômicos do Brasil facilitando, com o movimento das pessoas e das mercadorias, a circulação da consciência nacional, da cultura e do pensamento humano.

No entanto, o rompimento do modelo primário-exportador faz surgir no país uma divisão territorial do trabalho que, comandada pelo capital industrial paulista, articula-

integra/incorpora as áreas “de fronteira”: áreas na periferia da economia que, pela via da acumulação primitiva, alimentarão o crescimento econômico. Velho in Piquet e Ribeiro (1991) destaca que a expansão da fronteira esteve intimamente ligada ao desenvolvimento industrial, isto é, a novas fases de acumulação capitalista. Em outras palavras, pensar a fronteira supõe pensar uma dinâmica datada historicamente da base técnica e material e das condições socioeconômicas da produção, distribuição e consumo. A incorporação dos cerrados e de parte do semi-árido, áreas até então de fronteira, à superfície agrícola produtiva do país, sob a hegemonia dos Complexos Agroindustriais, vem apoiar essa idéia, onde a agricultura deixa de ser um mercado de bens de consumo e torna-se um mercado de meios de produção industrial, como compradora de insumos e vendedora de matérias-primas que serão processadas por outros ramos industriais.

Esse processo de industrialização no Brasil torna-se evidente a partir da década de 60, sob a ideologia do “milagre econômico” com a instalação de vários pólos industriais, principalmente na região Sudeste e em toda a região do Centro-Sul concentrada. Segundo Santos (2005) o resultado crescente da política de industrialização do espaço nacional, sob o desenvolvimento do meio técnico-científico, possibilitou a formação de uma nova região, a região concentrada, essa se caracterizou com uma profunda divisão do trabalho, como explica:

Hoje, pode-se falar de uma região concentrada, que abrange, a grosso modo, os Estados do Sul (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul), além de São Paulo e Rio de Janeiro, e parcelas consideráveis do Mato Grosso do Sul, Goiás e Espírito Santo. Trata-se de uma área contínua, onde uma divisão do trabalho mais intensa que no resto do país garante a presença conjunta das variáveis mais modernas \_ uma modernização generalizada \_ ao passo que, no restante do país, a modernização é seletiva mesmo naquelas manchas ou pontos cada vez mais extensos e numerosos onde estão sempre presentes grandes capitais, tecnologia de ponta e modelos elaborados de organização\_ A região concentrada coincide com a área contínua de manifestação do meio técnico-científico, cuja lógica corresponde às necessidades do presente estágio de desenvolvimento do país. (SANTOS, p. 42 -3).

Surgiu assim uma nova fronteira tecnológica na área central do país, vinculada à nova produção industrial e aos seus centros de Pesquisa e Desenvolvimento P&D. Poucos são os países do mundo que levaram tão longe as idéias de Perroux como o Brasil. Sob a perspectiva da acumulação capitalista, a ideologia dos pólos de desenvolvimento mostrou-se o modelo mais adequado para a organização do território proposta pelo Estado autoritário, uma vez que envolvia a criação de locais privilegiados, capazes de interligar os circuitos nacionais e internacionais de fluxos financeiros e de mercadorias (BECKER & EGLER, 1998).

Segundo Cavalcante (2011):

Perroux propõe-se a explorar as relações que se estabeleceriam entre indústrias que ele denominou motrizes – que têm a propriedade de aumentar as vendas e as compras de serviços de outras – e movidas – que têm suas vendas aumentadas em função das indústrias motrizes - , argumentando que o crescimento não ocorreria de forma homogênea no espaço, mas manifestasse em pontos ou pólos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda economia.

A confiança na análise de pólos de desenvolvimento foi uma característica dominante do planejamento regional do Brasil, no entanto, muitas indústrias motrizes implantadas não foram capazes de difundir inovações tecnológicas para as indústrias movidas, ocasionando uma maior concentração regional das atividades econômicas. O Estado favoreceu a localização industrial no país, cuja política de desenvolvimento regional visava completar o processo de integração econômica nacional porém, os efeitos da crise dos anos 80 atingem diretamente o aparelho do Estado centralizador à frente da construção da nação. As grandes corporações articuladas à economia mundial rompem os limites territoriais redefinindo o papel do Estado em um intrincado jogo de interesses políticos e econômicos do capitalismo global. Diante de tal embate, verifica-se uma tendência à afirmação do Centro-Oeste em busca de espaço para atrair investimentos e empreendimentos industriais para sua região com destaque para a cidade de Anápolis no Estado de Goiás.

## **2- A FORMAÇÃO DO DISTRITO AGROINDUSTRIAL DE ANÁPOLIS E SUA VERTENTE SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL**

No início do século XX novos ideais de “incorporação” redefinem a função dos espaços geográficos até então produzidos no território nacional. A reorganização territorial de Goiás foi intensa, promovendo profundas modificações espaciais, tanto na aquisição das terras como na criação de novos municípios. Com a implantação da malha viária, Goiás desponta no contexto das políticas de integração nacional desencadeada com o movimento da Marcha para o Oeste. A fronteira goiana se materializa em diferentes espaços, com destaque para a Mesorregião do Centro Goiano, eixo da capital estadual e federal, em que está situada a cidade de Anápolis.

Segundo Arrais (2004):

Até a consolidação de Goiânia na década de 1940, Anápolis desempenhava papel polarizador na região, chegando a ser apelidada de a “Manchester Goiana”, por ser um grande centro atacadista regional e por abrigar as primeiras indústrias de Goiás. Com sua posição estratégica próxima às áreas de povoamento e no final da estrada de ferro, Anápolis teve seu perfil terciário aumentado, concentrando parte significativa do setor de varejo e também de atacado, sendo uma das cidades mais importantes do Estado.

A partir dos anos de 1970, com o objetivo de orientar e coordenar a política industrial no Estado foi criado a Superintendência de Distritos e áreas Industriais, atual GOIASINDUSTRIAL. Conforme Castro (2004) essa política buscava concretizar as oportunidades latentes de cada município para aumentar o nível geral de produtividade econômica oriunda do melhor aproveitamento e transformação de matérias – primas, qualificação e aperfeiçoamento profissional.

De várias correntes teóricas sobre a noção de Distrito Industrial, verifica-se a influência marshalliana em analisar esses sistemas produtivos de pequenas unidades especializadas nas diferentes funções de produção, sendo assim, os princípios organizacionais que prevalecem são os elementos que justificam sua originalidade e eficácia. Para o autor, um distrito é caracterizado pela divisão do trabalho e pela divisão de tarefas organizadas de forma eficiente entre empresas especializadas, constatando que quando grandes volumes de pessoas em uma mesma localidade se engajam em tarefas similares, interagindo, trocando experiências, educando-se mutuamente contribuem coletivamente para a produção (CAVALCANTE, 2011).

Para Rauld (apud CASTRO, 2004, p.46) o sucesso do distrito se baseia nos métodos de produção e localização. Aliada a estes vem o esforço realizado em termos de fazer a formação profissional com o conhecimento pluritécnico. Markusen, Souza, Cassiolato (apud CASTRO, 2004, p.47) conceituam distritos como centro-radial, plataforma industrial, satélite com suporte do Estado. Nesse distrito as unidades industriais mais importantes funcionam como eixos da economia regional congregando em torno de si outras unidades correlatas.

O projeto do DAIA (Distrito Agroindustrial de Anápolis) foi inaugurado em 9 de setembro de 1976, no governo de Irapuan Costa Junior (1974-78). Localizado na porção sudoeste da cidade de Anápolis, ocupa uma área de 425 mil m<sup>2</sup> e 800 mil m<sup>2</sup> em expansão. De acordo com Castro (2004) vários fatores contribuíram na escolha da área desde aspectos físicos como drenagem natural e topografia adequada ao empreendimento, bem como excelente infra-estrutura e facilidade de transporte rodo-ferroviário com acesso direto à BR

060, BR 153, GO 330 e a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima com o corredor de exportação Goiás- Minas Gerais - Espírito Santo.

O início do projeto foi de grande entusiasmo com expectativa de instalação de 40 empresas, geração de empregos, aumento na arrecadação de ICM industrial do Estado, maior aproveitamento das matérias-primas regionais, incentivo à qualificação da mão-de-obra, no entanto, no começo dos anos 80 houve um período de retração desse crescimento. Várias empresas de grande porte não se instalaram no distrito e segundo dados da GOIASINDUSTRIAL (1982) apenas 14 indústrias estavam em funcionamento, 6 em construção, 4 com área escriturada, 7 com área reservada e 3 em análise correspondendo a uma relação média de 12 empregos por hectare, empregando cerca de 3.000 pessoas diretamente.

Vários incentivos governamentais, no âmbito municipal, estadual e federal foram concedidos aos investidores que buscassem instalar suas empresas no distrito. Dentre esses programas de financiamento destaca-se o FCO - Fundo Constitucional do Centro-Oeste, FOMENTAR - Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás, PRODUZIR – Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás, FUNPRODUIR – Fundo de Desenvolvimento de Atividades Industriais. Esses estímulos concedidos, com intuito de promover a demanda industrial no DAIA, favoreceram a revitalização do distrito com a participação de diversos ramos industriais como: madeira, produtos químicos, bebidas, produtos farmacêuticos, alimentares, metalúrgicas, papel e papelão, entre outras.

De acordo com Castro (2004) a idéia inicial da criação do DAIA foi aproveitar a vocação agroindustrial da região, porém essa idéia foi descaracterizada, em função das poucas indústrias dedicadas a esse ramo. Do projeto original várias reformulações vêm sendo realizadas para atender a nova demanda de indústrias. O termo Distrito Industrial será mantido meramente como nomenclatura, pois ao espaço destinado às indústrias melhor se caracteriza como um centro industrial de grande desenvolvimento econômico regional.

De acordo com o Documento de Referência Modelo de Gestão Estratégica do Território do Distrito Federal:

O distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA) é o terceiro maior do país e se desenvolveu a partir das inversões no setor industrial, operadas pelas grandes distribuidoras existentes na cidade. Além do setor farmoquímico (sic), hoje o DAIA reúne diversas empresas dos setores de beneficiamento de grãos, bebidas, têxteis, móveis, alimentos, embalagens, componentes para o setor automotivo, materiais para construção, vidros e outros. A expansão industrial em Anápolis já está incentivando outros investimentos,

principalmente na logística de distribuição de mercadorias. Dentre estes investimentos, destacam-se a implementação do Porto Seco, que armazena e distribui mercadorias por meio de ferrovias, e da Plataforma Logística Multimodal, que irá integrar o aeroporto, o Porto Seco e os ramais de acesso às rodovias e ferrovias, dentre as quais se destacam a Centro-Atlântica e a Norte-Sul, que terá em Anápolis o seu quilômetro zero. (MACEDO, 2007 p.179)

Atualmente o DAIA conta com mais de 100 empresas instaladas, sendo um pólo industrial moderno e em expansão. A estrutura industrial global exige modernização, adequação, automação para que as empresas se mantenham de forma competitiva no mercado. Dessa maneira, as empresas instaladas no DAIA são diversificadas, modernas e dinâmicas, gerando riquezas não só ao município como beneficiam todo o Estado de Goiás.

Todavia convêm destacar algumas repercussões socioambientais em Anápolis após a implementação do DAIA, afinal a “situação local nos países em desenvolvimento é complexa, pois à medida que se abre oportunidades para algumas regiões ameaça a sobrevivência de outras. Os efeitos não se restringem somente ao crescimento e dinamismo econômico das regiões, incluem as transformações sociais, culturais, políticas e urbanas” (GEIGER, 1995).

Nesse contexto, verifica-se que:

Cada região ou localidade possui atributos e herança histórica próprios e inigualáveis, incluído os meios físicos construídos, os quais condicionam a recriação de seu próprio espaço social. Assim, o espaço é, ao mesmo tempo, uma estrutura subordinada e subordinante e, portanto, elemento ativo e agente de sua própria construção histórica. As assimetrias dos atributos de cada país ou região no processo de globalização levam à universalização perversa, desigual e discriminatória (LEFEBVRE, 1991; SANTOS, 1978; CONTI E GRACIARA, 2000 apud DINIZ, 2001).

Dessa maneira o complexo industrial, após uma trajetória de 35 anos desde sua implantação, traz em seu bojo aspectos sociais importantes como absorção e qualificação da mão-de-obra local, crescimento de diversas instituições de ensino superior destinadas à formação e capacitação desses profissionais, aumento na arrecadação de ICMS e PIB *per capita* que consiste em uma maior oferta de serviços à população na área de saúde, educação e infra-estrutura. No entanto, o aumento na economia gerando maior circulação de riquezas, associada ao fato de existir várias entradas e saídas na cidade, ser uma região que serve de

rota ao tráfico de drogas e pela proximidade a regiões de conflito como as do entorno de Brasília, promove o aumento da violência e de mortes principalmente de jovens.

Em relação à área ambiental é notório afirmar que o começo da industrialização no país não levou em consideração as questões ambientais. A concepção de sustentabilidade passou a ser mais discutida recentemente e atualmente grande parte das indústrias buscam agregar essa “preocupação” por conta das pressões do mercado consumidor e das rigorosas leis ambientais. Com a implantação do DAIA sérios danos ambientais incidiram sobre o local, conforme afirma Kossa (2006 p. 65):

No começo o esgoto do distrito ia para a natureza *in natura*. Só depois de anos que foi construída a ETE. No início, o uso da água pelas indústrias era abusivo, atualmente grande parte da água usada é reaproveitada e as empresas se empenham para reduzir o consumo. As áreas de cerrado dentro da área do DAIA e das propriedades rurais limítrofes ao distrito também foram atingidas, sendo observados diversos clarões. Hoje é previsto e implantado por várias indústrias o replantio de espécies nativas principalmente nas margens dos córregos. Também são uma meta de várias indústrias as medidas de redução da poluição sonora e dos gases poluentes através do uso de novas tecnologias. Sobre os resíduos sólidos as indústrias devem se atentar ao correto acondicionamento, coleta, transporte e destino final dos resíduos sendo responsável pelo estudo de formas de redução, reutilização e reciclagem.

O fato é que o DAIA em Anápolis funciona como um catalisador das necessidades e ambições dos diferentes agentes sociais envolvidos, ampliando sua participação no desenvolvimento econômico local/ regional. Neste processo, a estrutura sócioespacial encontra-se em constante transformação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O dinamismo econômico permitiu a circulação de capitais e pessoas de forma rápida, reduzindo o tempo entre as dimensões físicas do espaço, ora multifacetado pelo pluralismo de culturas, ora segregado por barreiras sociais. Um embate entre um mundo hodierno de novas tecnologias e o conflito de valores quanto ao respeito à natureza e à sociedade em geral. Dessa forma a reestruturação contemporânea estruturada na cidade de Anápolis e as implicações advindas da expansão do DAIA tornam-se responsabilidade de todos e de cada um em particular na busca de contribuir na consolidação de uma sociedade mais justa e sustentável.



## ABSTRACT

The regional term has been used in several ways aiming to add situations that are defined by territorial nations as economic, geographical and political. In the Brazil's industrial Course and economic process realizes the intra-regional differences of development, this fact that stems in large part by the re-arrangement of political relations established at every moment. In a fragmented world spaces by the wave of new technologies that transpose the limits of the borders, there is a need to discuss the process of industrialization in Brazil and associate these reflections to the deployment of the DAIA - Agro-Industrial District in Anápolis/GO analyzing the social environmental modifications from deployment of this economic activity.

Keywords: Industrialization. Economy. Regional inequality. Environmental modifications.

## REFERÊNCIAS

- ARRAIS, Tadeu Alencar. *Geografia contemporânea de Goiás*. Ed. Vieira, 2004. 166p
- BECKER, Bertha K. e EGLER, Cláudio A G. *Brasil uma nova potência regional na economia do mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, caps. 4, 5, 6.
- CASTRO, Joana D'Arc Bardella. *Anápolis: desenvolvimento industrial e meio ambiente*. Anápolis: Associação Educativa Evangélica, 2004. 152p.
- CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. *Produção Teórica em Economia Regional: Uma Proposta de Sistematização*. Disponível em: <[http://www.desenbahia.ba.gov.br/recursos/news/video/%7B565C64BC-D712-4B52-85B3-561ED7399A10%7D\\_Producao\\_Teorica\\_.pdf](http://www.desenbahia.ba.gov.br/recursos/news/video/%7B565C64BC-D712-4B52-85B3-561ED7399A10%7D_Producao_Teorica_.pdf)>. Acesso em: 21 fev. 2011.
- DINIZ, Clélio Campolina e LEMOS, Mauro Borges (orgs.). *Economia e Território*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- GEIGER, Pedro P. *Geografia e Meio Ambiente no Brasil*. São Paulo: ed. Hucitec, 1995.
- KOSSA, Pablo. *O marco do novo Goiás – 30 anos de DAIA*. Goiânia: Contato Comunicação, 2006. 92 p.
- LIPIETZ, A. *Miragens e Milagres*. São Paulo: Nobel, 1988, Capítulo 3
- MACEDO, Sirley Alcântara. *O mundo do trabalho: a tecnologia substituindo a mão-de-obra no DAIA*. In: 100 anos: Anápolis em pesquisa. Org. Mirza Seabra Toschi. Anápolis. Ed. Vieira. 2007.
- PIQUET, Rosélia. RIBEIRO, Ana Clara. *Brasil: Território da Desigualdade*. Rio de Janeiro: 1991, p.69-82

SANTOS, Milton. *Urbanização Brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SISTEMA DA FEDERAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS. *GOIASINDUSTRIAL*, Goiânia 13 de abril de 1982.

SOUZA, Candice Vidal e. 1997. *A Pátria Geográfica. Sertão e Litoral no Pensamento Social Brasileiro*. Goiânia: Editora UFG. 171 p.